

Estudo Técnico Preliminar 10/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 21053.000515/2020-16

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa para a prestação de serviços continuados com mão-de-obra exclusiva de motoristas (categoria “D” ou acima) para atender as necessidades do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – LFDA-SP, em Campinas/SP.

Postos de trabalho:

Qtde	Descrição do posto	Horário/Período/Carga Horária
2	Motorista (CBO 7823-10)	Diurno, de segunda a sábado, totalizando 44 horas semanais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SAG/DIAD/LFDA-SP	Jandersom Paulo dos Santos Lopes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. Os serviços de motoristas serão prestados por 2 (dois) profissionais no Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – LFDA-SP, localizado a Rua Raul Ferrari, SN – Jd. Santa Marcelina na cidade de Campinas/SP. O horário de prestação de serviço será de segunda a sexta-feira das 8h às 17h e aos sábados das 7h às 11h, de acordo com o horário de expediente do Órgão.
2. Os motoristas poderão realizar horas extras, ultrapassando a jornada de 44 horas semanais, as quais deverão ser pagas, já que o Órgão necessita da prestação dos serviços dos dois motoristas durante todo o expediente.

As horas extras são realizadas aos sábados, domingos e feriados ou durante a semana somente quando necessário, devendo ser executadas pelo motorista que estiver executando serviços externos (chamado de plantão) na semana – os motoristas deverão revezar semanalmente entre os serviços internos e externos (plantão). Os valores das horas extras deverão respeitar os períodos trabalhados, sendo estimado um quantitativo de 64 (sessenta e quatro) horas extras por mês, que somente serão pagas quando executadas, distribuídas da seguinte forma:

- * 40 horas extras/mês durante a semana, divididas entre os dois motoristas que revezarão o plantão a cada semana;
- * 8 horas extras/mês aos sábados, divididas entre os dois motoristas que revezarão o plantão a cada semana;
- * 16 horas extras/mês aos domingos e feriados, divididas entre os dois motoristas que revezarão o plantão a cada semana.

As horas extras são necessárias para o transporte de colaboradores fora dos horários de expediente, como plantões de finais de semana e casos em que a equipe de Manutenção precise ficar além do horário normal. Além disso, tem-se que o LFDA-SP realiza análises para diagnósticos de doenças de notificação obrigatória, tais como influenza aviária e doença de Newcastle, que eventualmente necessitam ser realizadas em caráter de urgência e em horários fora do expediente para atendimento aos serviços de Defesa Animal do MAPA (tendo em vista as implicações econômicas e de saúde animal e pública da ocorrência de focos destas enfermidades). O LFDA-SP também dispõe de laboratório de biossegurança, biotério para produção de animais de experimentação e equipamentos como geradores de energia, os quais, eventualmente, demandam que a equipe de manutenção permaneça após o horário normal de trabalho, devido a necessidade de funcionamento 24 horas por dia. Ainda, tem-se a necessidade eventual de retirada de amostras e transporte de servidores do aeroporto fora de horários, dentre outras necessidades. Assim, o quantitativo de horas extras é baseado no levantamento histórico dos últimos 17 meses (dezembro/2018 a abril/2020 - tempo de vigência do contrato atual).

3. Os motoristas efetuarão ainda deslocamentos intermunicipais e interestaduais, devendo o valor da diária ser paga ao motorista pela Contratada antes da viagem e ressarcida pelo LFDA-SP por ocasião do faturamento mensal. O valor da diária deverá ser ofertado pela licitante, à sua inteira disponibilidade, devendo cobrir todas as despesas de com hospedagem e alimentação decorrentes do pernoite. Será devido ao motorista ainda o valor de uma diária, em caráter de ajuda de custo, quando realizar viagens de ida e volta, no mesmo dia, acima de 700km ou com duração acima de 12 horas (tempo total de viagem no dia). O valor da diária deverá respeitar o valor mínimo estipulado em Convenção Coletiva do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Campinas e Região. Todas as diárias deverão ser previamente autorizadas pelo gestor da área de Transporte do LFDA-SP através de e-mail. Apesar de no levantamento histórico não constar pagamento de diárias no período apurado (dezembro/2018 a abril/2020), houve necessidade de diárias em fevereiro/2018, maio e junho /2020, sendo uma necessidade extremamente pontual que deve estar prevista no contrato. Assim sendo, deverá ser estimada a quantidade de 1 (uma) diárias por mês.

4. Para a concessão de adicional de periculosidade, caso pertinente, a empresa vencedora do certame deverá apresentar Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho. Este adicional não está sendo previsto na Planilha de Custos e Formação de Preços, devendo ser realizado aditivo de reequilíbrio financeiro posteriormente caso o adicional seja devido.

5. Trata-se de serviços a serem prestados de forma contínua pois, por sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e continuada por mais de um exercício financeiro (obedecidos os prazos previstos no Art. 57 da Lei 8.666/93), assegurando a integridade do Patrimônio Público e o funcionamento das atividades finalísticas do Órgão, tendo em conta que sua interrupção pode comprometer a prestação do serviço público e o cumprimento da Missão Institucional do LFDA-SP.

Deverá então o contrato ser celebrado com a adjudicatária com vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 meses em conformidade com a Lei 8.666/93, quando devidamente justificado e no interesse da Administração.

6. Os serviços a serem contratados são com regime de dedicação exclusiva de mão de obra pois, nos termos do artigo 17 da Instrução Normativa nº 05/2017, são exigidos: I) que os

empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços; II) que a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis em uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e III) que a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

7. As empresas licitantes poderão realizar vistoria, não obrigatória, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhadas por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento.

8. A contratação deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010.

9. A contratada deverá fornecer aos trabalhadores empregados na execução do contrato uniformes condizentes com as atividades a serem desempenhadas no LFDA-SP, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse de custos para o empregado. Além de uniformes, a contratada deverá disponibilizar aparelho de telefonia celular devidamente habilitado, visando o contato rápido entre o motorista e o LFDA-SP e entre os próprios motoristas.

10. A contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato inicial atualizado, conforme prevê o § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93.

11. O grau de eficiência da prestação dos serviços será verificado mediante avaliação mensal do gestor/fiscal do contrato.

12. A quantidade de fornecedores do serviço requerido não é considerada restrita, visto que há uma quantidade considerável de empresas prestadoras de serviços terceirizados no mercado.

5. Suporte Legal

A contratação em pauta encontra respaldo:

- na Lei nº. 8.666 de 21.06.93 - Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços (inclusive de publicidade), compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

- na Lei nº. 9.632 de 07.05.98 – Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências;

- na Lei nº. 10.520 de 17.07.02 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

- no Decreto nº. 2.271 de 07.07.97 - Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências (terceirização).

- no Decreto nº. 3.555 de 08.08.00, com suas alterações posteriores - Regulamenta para a modalidade de licitação denominada pregão, a aquisição de bens e serviços comuns;
- no Decreto nº. 3.722 de 09.01.01 - Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- no Decreto nº. 5.450 de 31.05.05 - Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- na Instrução Normativa SLTI/MP nº. 05 de 25.05.2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

6. Análise da última contratação

A prestação de serviços de motorista é uma atividade essencial ao Órgão, haja vista a alta demanda por transporte identificada ao longo dos anos.

Conforme o histórico dos últimos dois anos, foram realizadas, em média, por ano, 107 viagens e 1033 atendimentos dentro de Campinas, ficando em uma média de 95 atendimentos por mês pela atividade de Transporte.

As viagens ocorrem para conduzir servidores para participarem de reuniões na Superintendência Federal de Agricultura em São Paulo – SFA-SP, na Advocacia Geral da União – AGU-SP, na Consultoria Jurídica da União – CJU-SP entre outras; retirada e entrega de documentos também na AGU-SP e CJU-SP; transporte de colaboradores da Unidade de Controle de Produtos Biológicos para realizar exames semestralmente no Instituto de Infectologia Emília Ribas em São Paulo/SP (conforme recomendação da OMS, em virtude da exposição dos funcionários ao vírus da raiva); transporte de equipamentos para consertos e manutenções; transporte de colaboradores, especialmente da Manutenção e Informática, para execução de serviços na Seção Laboratorial Avançada de Jundiaí-SP; conduzir servidores e colaboradores para a participação de reuniões, treinamentos, workshops, feiras, visitas técnicas entre outras viagens para o desempenho de funções inerentes à função pública.

Os atendimentos dentro de Campinas e região são para realizar serviços de bancos, correios, orçamentos e compras de materiais, entrega e retirada de documentos em repartições públicas, levar e retirar animais da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, retirar amostras em aeroportos, conduzir servidores para realizar de audiências trabalhistas nas quais o MAPA é parte intimada, reuniões no Comando do Exército, entre outros

Dentre as atividades fora dos horários de expediente estão eventuais atendimentos da Manutenção que podem se estender além do horário normal, especialmente em atendimento aos grupos de geradores e laboratórios de Biossegurança; retirada de amostras emergenciais em aeroportos; situações de eventos e missões (regionais, nacionais e internacionais) sediados pelo LFDA-SP; eventuais demandas da Secretaria de Defesa Agropecuária – suspeitas e investigações especiais.

O atendimento do transporte interno dá-se no transporte de amostras, meios de cultura, cobaias e outros animais, vidrarias, alimentos para animais, documentos e uniformes (tendo em conta o tamanho da área do LFDA-SP – 31 hectares, sendo que as diversas Unidades encontram-se espalhadas dentro dessa área).

Os uniformes e calçados de segurança para a execução dos serviços internos que, até a contratação vigente, são fornecidos pelo LFDA-SP. Nessa nova contratação está sendo inserido o fornecimento desses materiais pela contratada.

A contratação por posto é necessária em virtude da necessidade do Órgão em dispor de motoristas em tempo integral durante seu funcionamento, já que um motorista será designado para realizar o transporte interno, que é diário e em período integral (durante o expediente do Órgão) e o outro designado para atender as demandas externas e deslocamentos de servidores e colaboradores sempre que necessário. O número de postos foi definido baseado no histórico do Órgão, já considerando a economicidade, a eficiência da gestão das atividades e o disposto nos Despachos 312 e 100 do Processo SEI nº 21053.002117/2017-39. O contrato anterior contava, inicialmente com 3 postos de motoristas, sendo que no final do último ano, após disposições da CGAL e avaliação interna do LFDA-SP, foi realizada a redução para 2 postos que, embora algumas vezes de maneira apertada, tem se mostrado possível o atendimento com esse número de postos. Define-se assim a manutenção de somente 2 postos no próximo contrato.

A contratação anterior contava ainda com previsão de Adicional de Sobreaviso, que era pago ao motorista escalado para o plantão da semana. Essa previsão visava atender às constantes necessidades de deslocamento dos funcionários da Manutenção em horários extra expediente, para sanar emergências em equipamentos diversos do laboratório. Contudo, após análise histórica, constatou-se que nos últimos 7 meses não houve nenhum acionamento dos motoristas fora do horário de expediente. Considerando-se os últimos 12 meses, nota-se que a incidência fora muito baixa, não justificando o valor desembolsado com essa previsão. Tendo em conta ainda que, agora, a Equipe de Manutenção conta com plantonista 24 horas nas dependências do LFDA-SP, que pode atender às emergências mais simples e que, nos casos de eventual necessidade de deslocamento de outro profissional da Manutenção, há meios menos onerosos que o desembolsado com os adicionais de Sobreaviso, decidiu-se então pela retirada dessa previsão no presente certame. Com essa alteração estima-se uma economia anual de aproximadamente R\$ 36.000,00 nos serviços de motoristas.

7. Justificativa da Contratação

A contratação de empresa para a prestação de serviços continuados com mão de obra exclusiva de motoristas se faz necessária visto que o Laboratório Federal de Defesa Agropecuária de Campinas (LFDA-SP) é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) pertencente à Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários subordinada à Coordenação Geral de Laboratórios Agropecuários (CGAL) e vinculada à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), órgão da administração pública federal direta e, portanto, tem responsabilidades a serem exercidas.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento têm como missão “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”. O desenvolvimento sustentável do agronegócio com estímulo a produtividade, sanidade e qualidade, objetivo inexorável do MAPA, justifica a atenção governamental dispensada às políticas de proteção à saúde pública e sanidade fitozoosanitárias.

Visando garantir a segurança alimentar dos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, qualidade de insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal, o MAPA conta em sua estrutura funcional com uma Coordenação que mantém sob sua responsabilidade, os LFDAs, que têm por competência conferir suporte às atividades desenvolvidas pelos Departamentos ou Coordenações vinculadas à Secretaria de Defesa Agropecuária.

Neste contexto, a Coordenação Geral de Laboratórios Agropecuários (CGAL) por meio de suas ações conjuntas com os LFDAs tem a finalidade de prover análises e diagnósticos em apoio às ações de defesa, vigilância e fiscalização, para garantir a qualidade e sanidade animal e vegetal, dos produtos e dos insumos agropecuários.

A CGAL, baseada em normas nacionais e internacionais e na atenção governamental dispensada às políticas de proteção da saúde pública e sanidade animal e vegetal, coordena as atividades desenvolvidas nos LFDAs, distribuindo-as de acordo com a sua especialização.

De acordo com a Portaria 562, de 11 de abril de 2018, compete aos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária:

I - prover o suporte técnico-científico e laboratorial às atividades de fiscalização, programas e controles oficiais do Mapa;

II - coordenar, promover, orientar, monitorar e avaliar as atividades de:

- a) ensaios e estudos laboratoriais;
- b) pesquisas, desenvolvimento, inovação e automação laboratorial;
- c) desenvolvimento e validação de métodos de ensaio;
- d) produção e manutenção de padrões e materiais de referência;
- e) desenvolvimento de programas de comparação interlaboratorial;
- f) gestão integrada da biossegurança;
- g) programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira;
- h) planejamento, monitoramento e execução dos projetos de modernização dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária;
- i) administração de pessoas;
- j) gestão de serviços gerais;
- k) execução de compras e contratos de prestação de serviços;
- l) implementação de indicadores de desempenho;

- m) acompanhamento de missões e auditorias externas, no âmbito da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários; e
- n) coordenar a verificação da conformidade dos registros de gestão.

III - propor acordos de cooperação técnica, ajustes e convênios com órgãos e entidades públicos e instituições privadas para:

- a) pesquisa, desenvolvimento e validação de métodos de ensaio;
- b) produção de padrões e materiais de referência;
- c) desenvolvimento de projetos técnicos, administrativos e de tecnologia da informação; e
- d) estágios curriculares e extracurriculares.

IV - garantir o cumprimento das convocações da CGAL para a realização de auditorias e fiscalizações nos laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

V - monitorar a realização de fiscalização e auditoria na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

VI - subsidiar e apoiar a participação da CGAL em eventos e negociações em temas relacionados a laboratórios;

VII - aplicar sanções administrativas a fornecedores e licitantes, atuando como instância julgadora em caso de recursos em aquisições.

O LFDA-SP desenvolve atividades de rotina voltadas a análises laboratoriais de fiscalização, monitoramento e análises periciais. Executa ensaios para validação de métodos e participa, sempre que possível, de rodadas de testes de proficiência e controles interlaboratoriais. Seus técnicos participam de auditorias de fiscalização, credenciamento e monitoramento, além de contribuir na revisão de métodos e legislação específica. As atividades do LFDA-SP (bases físicas de Campinas e Jundiaí) englobam as seguintes áreas técnicas: análises físico-químicas de bebidas e vinagres; análises físico-químicas de fertilizantes, corretivos, substratos e afins; análises físico-químicas de alimentos de origem animal e água; análises

físico-químicas de alimentos para animais; credenciamento e monitoramento de laboratórios de diagnóstico de anemia infecciosa equina; credenciamento e monitoramento de laboratórios de análises de sementes; credenciamento e monitoramento de laboratório de diagnóstico fitossanitário; análises para pesquisa de resíduos e contaminantes em alimentos de origem animal e vegetal (contaminantes orgânicos, contaminantes inorgânicos e resíduos de drogas veterinárias); análises de medicamentos de uso veterinário; controle de vacinas antirrábicas; controle de vacinas de uso na avicultura; análises microbiológicas em alimentos de origem animal, água, bebidas e inoculantes; diagnóstico de doenças aviárias. O LFDA-SP possui um sistema de gestão da qualidade baseado no atendimento à Norma NBR ABNT ISO/IEC 17025, e possui alguns ensaios foram acreditados pelo INMETRO. Tem como política de qualidade assegurar a melhoria do sistema de gestão e a excelência das atividades de suporte laboratorial a programas e ações de competência da Secretaria de Defesa Agropecuária, em conformidade com a NBR ABNT ISO/IEC 17025. Como visão de futuro, o LFDA-SP almeja ser reconhecido como laboratório de referência em suas áreas de atuação, e estar sempre atualizado com as mais modernas técnicas e métodos.

Para que o LFDA-SP possa desempenhar as suas atividades laboratoriais em atendimento aos conceitos de boas práticas e qualidade laboratorial é imprescindível a realização da atividade de transporte, tanto interno como externo, por meio da contratação de 02 (dois) motoristas com experiência em condução de veículos de passageiro, cargas e vans, além de conhecimento em direção defensiva.

A contratação por posto se justifica em virtude da necessidade do Órgão em dispor de motoristas em tempo integral durante seu funcionamento, já que um motorista será designado para realizar o transporte interno, que é diário e em período integral (durante o expediente do Órgão) e o outro designado para atender as demandas externas e deslocamentos de servidores e colaboradores sempre que necessário. O número de postos foi definido baseado no histórico do Órgão, já considerando a economicidade, a eficiência da gestão das atividades e o disposto nos Despachos 312 e 100 do Processo SEI nº 21053.002117/2017-39.

8. Levantamento de Mercado

A contratação da execução indireta dos serviços de motorista, objeto da presente demanda, tem suporte no § 1º, Art. 1º do Decreto 2.271/97 e no Art. 7º da IN 05/2017/MPOG.

A contratação pretendida está alinhada com a prática dos Órgãos Públicos de contratação indireta de serviços de motoristas, amplamente utilizada em consonância com os dispositivos legais acima elencados. Alinha-se também à Política que o Governo Federal vem implantando na reestruturação da máquina administrativa através de estratégias de racionalidade, buscando atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade, focando suas ações nas áreas fins e reduzindo a demanda por serviços de apoio ao estritamente necessário.

O CBO foi definido a partir do preconizado pela CGAL por meio do OFÍCIO-CIRCULAR Nº 1 /2020/CGAL/DTEC/SDA/MAPA, de 04 de fevereiro de 2020. A partir da consulta da especificação de cada categoria do Grupo do CBO 7823, realizada em 03/07/2020 às 09h22 no site do MTE, foi definida que a especificação que se enquadra nas atividades de motoristas necessárias ao LFDA-SP é a do CBO 7823-10.

9. Descrição da solução como um todo

1. A prestação de serviços de motoristas se dará em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sendo o horário de trabalho das 08:00 às 17:00 de segunda a sexta-feira e sábado das 07:00 às 11:00, com disponibilidade para efetuar viagens e executar tarefas extra horário, inclusive aos finais de semana e feriados. O horário de trabalho poderá ser alterado de acordo com as necessidades do LFDA-SP, respeitados os direitos legais referentes às quarenta e quatro horas semanais e ao descanso semanal.

2. Os motoristas realizarão diariamente atividades relacionadas à condução de Veículos Oficiais de propriedade do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária. As atividades de transporte interno incluem transporte de amostras, vidrarias, materiais de almoxarifado, documentos e roupas. As demais atividades são para conduzir servidores a reuniões, visitas a outros órgãos, realizar auditorias, além de serviços bancários, de correios, orçamentos e compras de materiais, retiradas de amostras, entre outras.

3. As horas extras são necessárias para o transporte de colaboradores fora dos horários de expediente, como plantões de finais de semana e atendimentos à equipe de Manutenção. Além disso, tem-se que o LFDA-SP realiza análises para diagnósticos de doenças de notificação obrigatória, tais como influenza aviária e doença de Newcastle, que eventualmente necessitam ser realizadas em caráter de urgência e em horários fora do expediente para atendimento aos serviços de Defesa Animal do MAPA (tendo em vista as implicações econômicas e de saúde animal e pública da ocorrência de focos destas enfermidades). O LFDA-SP também dispõe de laboratório de biossegurança, biotério para produção de animais de experimentação e equipamentos como geradores de energia, os quais, eventualmente, demandam a presença da equipe de manutenção em caráter emergencial, devido a necessidade de funcionamento 24 horas por dia. Ainda, tem-se a necessidade eventual de retirada de amostras e transporte de servidores do aeroporto fora de horários, dentre outras necessidades.

4. São requisitos exigidos dos motoristas:

- a) Ensino fundamental completo;
- b) Experiência mínima de 2 anos;
- c) Curso de direção defensiva;
- d) Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “D” ou acima.

5. São desejáveis as seguintes competências pessoais: disciplina, ética, cordialidade, discrição, sigilo, cuidado com a aparência e higiene pessoal, capacidade de lidar com situações estressantes no trânsito, paciência para contornar situações adversas, zelo e atenção.

6. São obrigações dos motoristas:

- a. Conduzir os veículos oficiais com zelo e cautela necessários à prevenção de incidentes de qualquer natureza;
- b. Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pelo contrato;

- c. Zelar pelos veículos a serem utilizados de propriedade ou sob a responsabilidade do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – LFDA-SP de diferentes marcas e modelos, veículos leves, de carga, entre outros, que poderão vir a ser substituídos ao longo do contrato;
 - d. Preencher formulário próprio para controle de tráfego;
 - e. Não exceder os limites de velocidade e peso dos veículos determinados por lei, sob nenhum pretexto;
 - f. Utilizar os veículos exclusivamente em serviço;
 - g. Portar habitualmente Carteira de Habilitação classe “D” ou acima, sempre atualizada;
 - h. Recolher o veículo em local apropriado resguardando-o de furtos ou roubos, assim como dos perigos mecânicos e ameaças climáticas (ao término do serviço e/ou retorno de viagem os veículos deverão ser recolhidos à garagem do LFDA-SP);
 - a. Não abandonar o veículo oficial, sob nenhuma hipótese;
 - j. Na ocorrência de acidente com veículo oficial, o motorista deverá solicitar perícia e, após a liberação, remover o veículo para a garagem ou, se for o caso, para a oficina indicada pela contratante;
 - k. Ser responsável por providenciar o Boletim de Ocorrência feito pelo órgão competente e deverá preencher o formulário próprio de Comunicação de Acidente com veículo Oficial;
 - ax. Comunicar a quem de direito, ocorrências de quaisquer fatos ou avarias relacionados com os veículos sob sua responsabilidade, que venham a comprometer a sua utilização ou seu estado de conservação;
 - all. Vistoriar diariamente o veículo antes do início de cada atividade, com relação ao estado geral do veículo, roda sobressalente, macaco, chave de roda, chave para deslocamento de calota, extintor de incêndio e triângulo de sinalização, comunicando imediatamente qualquer irregularidade constatada, sendo proibido o uso do veículo em situação irregular;
 - n. Apontar os defeitos e incorreções apresentadas nos veículos para fins de manutenção;
 - o. Ter conhecimento das principais vias públicas da região metropolitana de Campinas e São Paulo;
 - p. Obter de cada veículo o melhor rendimento e segurança em sua utilização, obedecendo aos seguintes procedimentos:
 - q. Manter os veículos devidamente abastecidos, limpos e lubrificados, principalmente após contato com lama, areia, áreas alagadas e em regiões litorâneas;
 - r. Planejar antecipadamente o percurso;
 - s. Evitar, tanto quanto possível, o tráfego engarrafado;
 - t. Manter a velocidade do veículo compatível com o trânsito;
 - u. Evitar aceleração forte, a fim de que não seja consumido combustível desnecessariamente;
 - e. Evitar freadas bruscas;
 - w. Utilizar a marcha correta;
 - j. Não acelerar o veículo, quando parado;
 - y. Utilizar e solicitar aos passageiros o uso do cinto de segurança;
 - z. Verificar e manter calibrados os pneus de acordo com as especificações do fabricante;
 - a. Não deixar as chaves na ignição e nem no interior do veículo quando fora de serviço;
- ab) Ao estacionar por defeito mecânico, ligar as luzes de emergência e colocar o triângulo de segurança;

- ac) Respeitar as normas relativas ao tempo de direção e de descanso;
- ad) Observar as normas internas do LFDA-SP e do serviço público federal;
- ae) Executar as demais atividades inerentes ao cargo.

7. A Contratada deverá fornecer a seus empregados uniformes condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano e para as atividades de serviços internos e externos, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

RELAÇÃO DOS ITENS DE UNIFORME QUE DEVERÃO COMPOR O CONJUNTO				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. POR EMPREGADO	PERIODICIDADE
1	Calça jeans	UN	02	Anual
2	Camisa polo	UN	04	Anual
3	Cinto, modelo social, de couro, preto	UN	01	Anual
4	Sapato social preto de couro	PAR	01	Anual
5	Meia preta	PAR	06	Anual
6	Jaqueta de frio	UN	01	Anual
7	Calça de brim com elástico e bolsos	UN	04	Anual
8	Camisetas de algodão	UN	04	Anual
9	Calçado de segurança preto, de acordo com a NR 32	PAR	01	Anual
10	Blusa de manga longa de Moletom	UN	02	Anual

11	Macacão de chuva	UN	01	Anual
12	Crachá com identificação da empresa	UN	01	Anual

Nota: Os itens 1, 2, 3, 4 e 6 são para uso nos dias de serviços externos (plantão); os itens 7, 8, 9 e 10 são para uso nos dias de serviços internos; os itens 5, 11 e 12 são comuns aos serviços externos e internos.

As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

- a. CALÇA JEANS: Tamanho personalizado, na cor jeans padrão, com bolsos.
- b. CAMISA POLO: Tamanho personalizado, manga curta, em tecido piquet ou 100% algodão de alta qualidade, cor a ser aprovada pela contratante após apresentação de planilha de cores pela contratada.
- c. CINTO: tamanho personalizado, modelo social, de couro ou sintético, preto.
- d. MEIA: Tamanho único, cor preta, em algodão
- e. SAPATO: Social de Couro fino, modelo clássico, confortável, cor preta.
- f. JAQUETA DE FRIO: tamanho personalizado, em tactel, forrada, impermeável, com mangas compridas, 02 bolsos dianteiros transversais tipo faca, punhos e cós de alta elasticidade. Fechamento frontal por zíper de nylon fino com cursor e encaixe de metal niquelado, cor preta.
- g. CALÇA DE BRIM: Tamanho personalizado, em brim, com bolsos, cós com elástico, cor a ser aprovada pela contratante após apresentação de planilha de cores pela contratada.
- h. CAMISETAS DE ALGODÃO: tamanho personalizado, manga curta, malha de algodão, sem estampas e gola redonda. Cor a ser aprovada pela contratante após apresentação de planilha de cores pela contratada.
- a. CALÇADO DE SEGURANÇA: Tamanho personalizado, cor preta, confeccionado em couro de boa qualidade, colarinho acolchoado, forrado, biqueira plástica, solado em poliuretano (PU) ou similar, seguindo as disposições da NR 32.
- j. MOLETON: Tamanho personalizado, com gola careca, manga longa, em algodão e poliéster, com ribana e elastano no punho, cor a ser aprovada pela contratante após apresentação de planilha de cores pela contratada.
- k. MACACÃO DE CHUVA: Tamanho personalizado, manga longa, impermeável, em nylon, pvc ou poliéster, altamente resistente.

O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

01 (um) conjunto completo ao empregado, de acordo com as quantidades e especificações acima elencadas, no início da execução do contrato. Entretanto, poderá ser solicitado à contratada, a qualquer época, a substituição dos itens que não estiverem atendendo as condições mínimas de apresentação, ficando previamente estabelecido um prazo máximo de reposição de 15 (quinze) dias úteis, após notificação;

As peças deverão ser entregues em tamanhos adequados para cada colaborador, e havendo necessidade de ajustes, estes correrão a cargo da Contratada, sem repasse de custo para o empregado.

Se houver motorista do sexo feminino o uniforme deverá seguir os padrões da tabela acima com as adaptações necessárias, sendo proibido o uso de saia. No caso de colaboradora gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

No prazo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato a Contratada deverá submeter à aprovação da fiscalização os modelos dos uniformes completos a serem fornecidos aos colaboradores.

Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

No recibo deve constar no mínimo relação nominal dos empregados, especificação de cada peça entregue com os respectivos quantitativos, impreterivelmente assinados e datados por cada profissional na efetiva data de entrega de todas as peças que formam o conjunto de uniforme. A entrega dos uniformes deverá ser realizada na presença do fiscal do contrato;

Em hipótese alguma, a Contratada pode substituir a entrega aos seus empregados de qualquer das peças que compõe o conjunto de uniforme por pecúnia.

8. Para perfeita execução dos serviços a Contratada deverá disponibilizar aparelho de telefonia celular, devidamente habilitado e em perfeito estado de funcionamento, sendo 01 para cada motorista, a fim de permitir contato rápido entre o motorista e o LFDA-SP. Estes deverão ser substituídos pela contratada sempre que necessário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

9. A contratada obriga-se a:

a) Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

b) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

c) Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

e) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

f) Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

g) Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

h) Fornecer os uniformes e aparelhos de telefonia celular, a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

i) As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017:

- relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
- exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
- declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

j) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

k) Substituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

l) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por

todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

l.1) Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

m) Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

n) Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

n.1) Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

o) Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

p) Atender no prazo de 3 (três) dias úteis as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, cujo comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios pela contratante ou, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

q) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

r) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

s) Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

s.1) viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

s.2) viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

s.3) oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

t) Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato; bem como manter contato com o fiscal da Contratante, solicitando às providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquele e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, conforme art. 68 da lei nº 8666/93, descrito abaixo:

- A nomeação prevista no item anterior deverá ser feita por escrito, em documento assinado por representante legal da empresa contratada, fazendo constar os dados mínimos necessários do preposto tais como: nome, CPF, carteira de identidade, registro profissional competente, telefone e e-mail para contatos;
- O preposto selecionado deve ser profissional que tenha capacidade e autonomia gerencial para planejamento logístico e a movimentação local de recursos financeiros, materiais e humanos necessários para assegurar a dinâmica operacional e o controle implícitos à execução eficaz do serviço;
- O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pelo LFDA-SP deverá apresentar-se em até 5 (cinco) dias úteis após assinatura do Contrato, para participar de Reunião Inicial com a Fiscalização e Gestão do Contrato, visando tratar dos assuntos pertinentes à implantação de postos e à execução do contrato, relativos à sua competência;
- Feito o contato inicial o preposto deverá efetuar visita ao LFDA-SP ou realizar contato com o Fiscal do Contrato no mínimo uma vez por mês.
- A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança do Trabalho;

u) Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

v) Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

v.1) A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do

pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

v.2) Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

v.2.1) O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

w) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

x) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

y) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

z) Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

aa) Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

aa.1) Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

ab) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

ac) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

ad) Promover o atendimento às recomendações do Ministério do Trabalho, em especial as relativas à Norma Regulamentadora –7 (NR-7) que trata do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO (exames médicos admissionais, periódicos, retorno ao trabalho, mudança de funções e demissionais);

ae) Assumir todas as responsabilidades relacionadas ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, tomando todas as medidas necessárias;

af) Emitir o CAT – Comunicado de Acidente de Trabalho, em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências do LFDA-SP.

ag) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração e as previstas no PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, quando couber.

ah) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;

ai) Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, conforme exigência legal;

aj) Apresentar, no momento da contratação, os acordos ou convenções coletivas que regem as categorias profissionais vinculadas à execução do serviço;

ak) fornecer os benefícios previstos nos acordos e convenções de trabalho vigente para as respectivas categorias profissionais, e comprovar ao LFDA-SP esta concessão mediante apresentação de comprovantes de pagamentos;

al) Apresentar à Contratante, anualmente, e tão logo seja elaborada, a escala de férias dos seus funcionários que prestem serviços à Contratante;

am) Registrar e controlar a assiduidade e a pontualidade de seus empregados e apresentar relatórios mensais de frequência, abatendo faltas e atrasos, bem como as ocorrências havidas permitindo à fiscalização o acesso ao controle de frequência;

an) Promover o pagamento de diárias, sempre que solicitados pelo LFDA-SP devidamente justificados e aprovados. Os custos com os pagamentos das diárias só serão repassados ao LFDA-SP caso efetivamente realizados.

ao) Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

ap) Instruir e fiscalizar os empregados no sentido de evitarem a aglomeração de pessoas nos ambientes da Contratante, garantindo a ordem e a organização dos espaços e evitando transtornos no desenvolvimento das atividades dos setores.

aq) Manter durante toda a execução do contrato endereço eletrônico (e-mail), telefone e endereço da sede da Contratada atualizados.

ar) Sempre que solicitado a Contratada deverá emitir relatório final e/ou parcial, individual e /ou coletivo, do cômputo de horas de serviço prestado por serviço contratado e/ou por empregado.

as) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste Contrato;

at) Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do LFDA-SP, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade, sob pena ter descontado o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o contrato, de pleno direito.

au) Toda e qualquer multa é responsabilidade do motorista, quando da ocorrência a empresa deverá efetuar a identificação do infrator para fins de pontuação, bem como efetuar o pagamento das multas e posterior desconto do funcionário infrator.

av) O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações trabalhistas ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

aw) Orientar seus empregados quanto ao respeito às normas relativas ao tempo de direção e de descanso.

ax) Atender a qualquer solicitação da Fiscalização, realizadas por e-mail ou Ofício ou comunicadas por meio de Registro de Ocorrências, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10. Relação de veículos da Contratante em 04/06/2020:

Veículo	Ano	Placa	Marca
PARATI 1.6	2007/2008	DMN-7286	Volkswagen
PARATI 1.6	2007/2008	DMN-7287	Volkswagen
PARATI 1.6	2008/2008	GMF-5450	Volkswagen
CLIO	2007/2008	DMN-7282	Renault
DOBLÔ	2008/2008	DMN-7288	Fiat
DOBLÔ	2008/2008	DMN-7289	Fiat

COURIER	2007/2008	DMN-7284	Ford
STRADA	2010/2010	HLF-2954	Fiat
FRONTIER	2005/2005	CMW-9071	Nissan
BANDEIRANTE	1995/1995	BPY-6652	Toyota
SPRINTER	2009/2010	DJL-1830	Mercedes Benz
DUCATO/MINIBUS	2010/2011	DMN-5315	Fiat
CAMINHÃO BAÚ	1995/1995	BPY-6648	Mercedes Benz

10. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A solicitação de 2 (dois) postos foi definida com base no histórico do Órgão, já considerando a economicidade, a eficiência da gestão das atividades e o disposto nos Despachos 312 e 100 do Processo SEI nº 21053.002117/2017-39, já que um motorista será designado para realizar o transporte interno, que é diário e em período integral (durante o expediente do Órgão) e o outro designado para atender as demandas externas e deslocamentos de servidores e colaboradores sempre que necessário.

11. Estimativa do Valor da Contratação

Para o levantamento dos custos estimados, tendo-se em conta que a Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Campinas e Região e do Sindicato de Fretamento de Campinas e Região (SINFRECAR), utilizada como referência no atual contrato, expirou em 30/04/2020 e que, conforme e-mails trocados com o SINFRECAR em 30/06/2020, a negociação para o novo Acordo Coletivo de Trabalho encontra-se parada, foi necessária a realização de pesquisa de salários praticados no Mercado de Trabalho, conforme previsto na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017/SEGES, DE 25 DE MAIO DE 2017, Anexo V, item 2.8, subitem b.2.

Tal pesquisa envolveu pesquisas de Pregões de outros Órgãos (sendo encontrado, porém, somente 1 (um) Pregão em que se contratava o mesmo cargo pretendido – CBO 7823-10); pesquisa de Convenções Coletivas de atividades similares e Pesquisas de preços praticados no mercado. Tais fontes encontram-se como anexos ao presente Estudo Preliminar.

A partir dos salários encontrados, foi definido o salário de R\$ R\$1.756,49 para o presente certame, com base na média dos salários pesquisados. Caso, após aprovação da CCT correlata em Campinas e Região, perceba-se um salário maior que o aqui previsto, o Termo de Referência do Edital necessitará ser revisto, para o enquadramento salarial correto.

Os benefícios elencados no presente estudo basearam-se nos benefícios constantes na última CCT vigente e também deverão ser revistos quando da aprovação da nova CCT supracitada. Por fim, foi elaborada estimativas de custos por meio da Planilha de Custos e Formação de Preços – Referência Inicial, conforme determina a IN 05/2017. De acordo com esses cálculos o valor anual estimado da contratação é da ordem de R\$ 136.056,00 (cento e trinta e seis mil e cinquenta e seis reais).

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

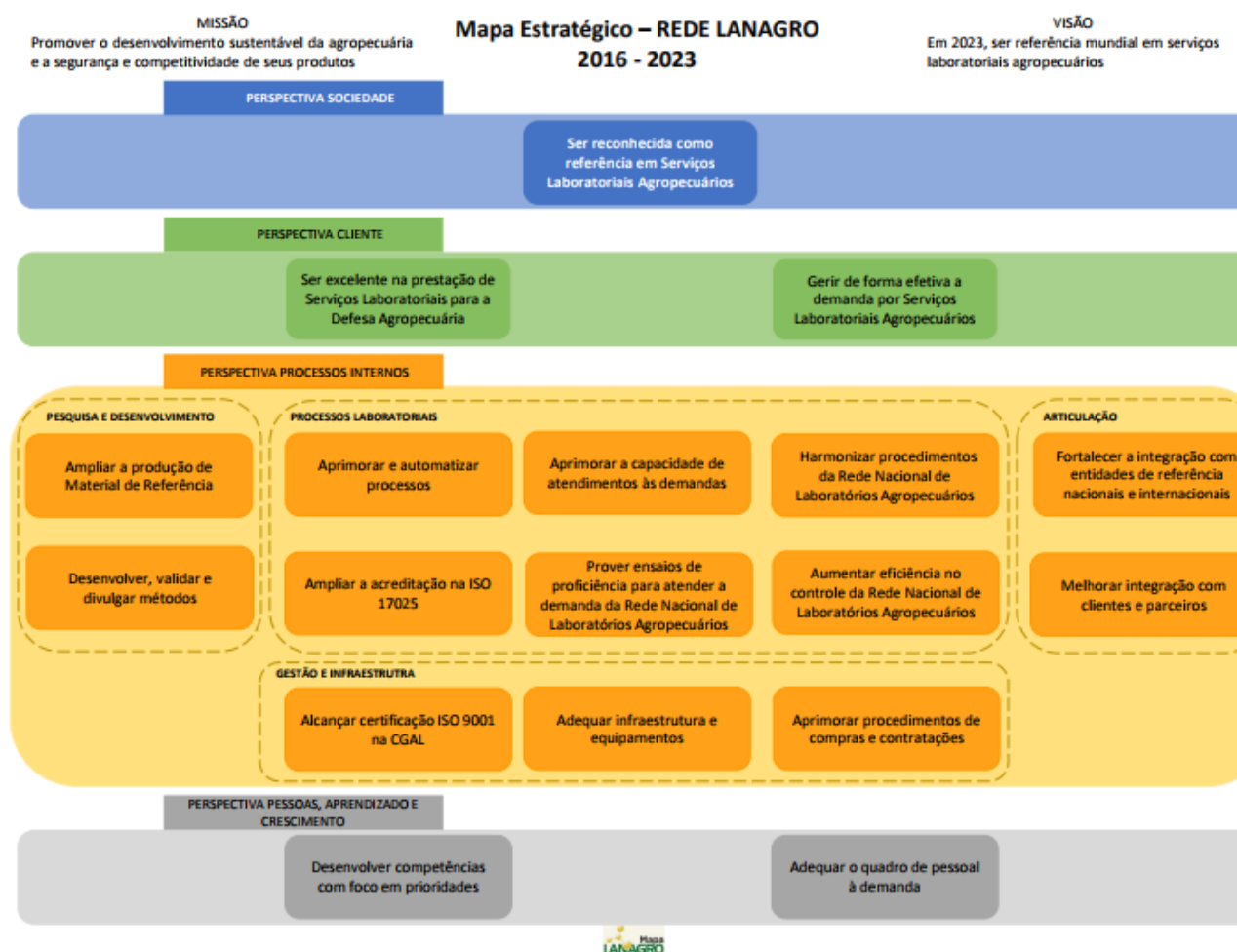
Considerando as características dos serviços a serem contratados não haverá parcelamento ou individualização da solução.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não aplicável.

14. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Adequar infraestrutura e equipamentos, conforme o Mapa Estratégico da Rede:



15. Resultados Pretendidos

Considerando-se que o cargo de motorista é um cargo em extinção e tendo em vista que o Órgão possui uma frota de 13 (treze) veículos para que seja possível o atendimento às atividades fins, a contratação de 2 (dois) motoristas é o meio mais eficiente e viável de se fazer cumprir as obrigações do Órgão, uma vez que os motoristas estarão à inteira disposição do LFDA-SP durante todo o horário de expediente e podendo atender ao Órgão também em horários extraordinários, de acordo com as demandas.

Com relação aos critérios de sustentabilidade ambiental, a Contratada deverá adotar os itens abaixo, em atendimento à IN/SLTI/MP nº 01/2010:

- Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de redução de consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- Prever e executar a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis utilizadas por seus empregados nas dependências do LFDA-SP, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;
- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

Orientar seus empregados para a destinação dos resíduos recicláveis descartados aos devidos coletores de resíduos recicláveis existentes nas dependências do LFDA-SP, para fins de disponibilização à coleta seletiva em parceria com o laboratório.

16. Providências a serem Adotadas

Não há alterações a serem realizadas nas dependências do Órgão, tendo em vista que é um serviço já prestado atualmente.

17. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação não traz impactos ambientais significativos.

Com relação aos critérios de sustentabilidade ambiental, a Contratada deverá adotar os itens abaixo, em atendimento à IN/SLTI/MP nº 01/2010:

- Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de redução de consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- Prever e executar a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis utilizadas por seus empregados nas dependências do LFDA-SP, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

Orientar seus empregados para a destinação dos resíduos recicláveis descartados aos devidos coletores de resíduos recicláveis existentes nas dependências do LFDA-SP, para fins de disponibilização à coleta seletiva em parceria com o laboratório.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Dada a alta demanda por serviços de transporte do Órgão, a presente contratação é necessária e os termos do presente estudo são pertinentes e viáveis.

19. Responsáveis

DESPACHO Nº 0094/2020 (SEI nº 10880974).

JANDERSON PAULO DOS SANTOS LOPES

AISIPOA - Chefe de Seção

DESPACHO Nº 0094/2020 (SEI nº 10880974)

MÁRCIA OLIVEIRA PARREIRA

Estatística - Chefe de Divisão

DESPACHO Nº 0094/2020 (SEI nº 10880974).

BRUNO ROSÁRIO BRAGA

Agente Administrativo - Chefe de Seção